

DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A REALIDADE EM UMA ESCOLA

CHALLENGES OF INCLUSION IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION: THE REALITY IN A SCHOOL

DESAFÍOS DE LA INCLUSIÓN EN LA EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR: LA REALIDAD EN UNA ESCUELA

Danylo Dompieri¹

Juliana Teixeira²

Rozineide Iraci Pereira da Silva³

RESUMO: A inclusão escolar se tornou um dos principais desafios da educação atual, especialmente nas aulas de Educação Física. A interação, o movimento e o espaço coletivo são fundamentais para o desenvolvimento das crianças. Este artigo examina as dificuldades enfrentadas em uma escola municipal de Santo André/SP ao incluir alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD). A pesquisa é qualitativa e descritiva e se baseia na observação das práticas dos professores e na análise de documentos legais que apoiam o direito à inclusão. Os resultados mostram a falta de profissionais especializados, a sobrecarga dos professores regentes e os riscos de uma estrutura escolar aberta. Nesses ambientes, ocorrem episódios de evasão, agressividade e dificuldades de socialização. Conclui-se que, apesar dos avanços legais, ainda existe uma grande distância entre a teoria da inclusão e a prática nas escolas públicas. É urgente implementar políticas que garantam apoio efetivo e segurança para todos os envolvidos.

1

Palavras-chave: Inclusão escolar. Educação Física. TEA. TOD. Educação Básica. Santo André.

ABSTRACT: School inclusion has become one of the main challenges in contemporary education, particularly in Physical Education classes, where interaction, movement, and shared spaces play a central role in children's development. This article examines the difficulties faced by a municipal public school in Santo André, São Paulo, in including students diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD) and Oppositional Defiant Disorder (ODD). The study adopts a qualitative and descriptive approach, based on the observation of teachers' practices and the analysis of legal documents that support the right to inclusive education. The findings reveal a lack of specialized professionals, an overload of classroom teachers, and safety concerns related to open school environments. In such contexts, episodes of elopement, aggressive behavior, and socialization difficulties are frequent. The study concludes that, despite significant legal advances, there remains a considerable gap between inclusive education policies and their effective implementation in public schools. Urgent public policies are needed to ensure adequate support and safety for all members of the school community.

Keywords: School inclusion. Physical Education. Autism Spectrum Disorder. Oppositional Defiant Disorder. Basic Education. Santo André.

¹Mestrado em Ciências da Educação, Christian Business School.

²Mestrado em Ciências da Educação, Christian Business School.

³PHD. Doutora em Ciências da Educação, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS.

RESUMEN: La inclusión escolar se ha convertido en uno de los principales desafíos de la educación actual, especialmente en las clases de Educación Física. La interacción, el movimiento y el espacio colectivo son fundamentales para el desarrollo de los niños. Este artículo examina las dificultades enfrentadas en una escuela municipal de Santo André/SP al incluir a estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) y Trastorno Oposicionista Desafiante (TOD). La investigación es de carácter cualitativo y descriptivo, y se basa en la observación de las prácticas docentes y en el análisis de documentos legales que respaldan el derecho a la inclusión. Los resultados evidencian la falta de profesionales especializados, la sobrecarga de los docentes titulares y los riesgos asociados a una estructura escolar abierta. En estos contextos, se presentan episodios de fuga, conductas agresivas y dificultades de socialización. Se concluye que, a pesar de los avances legales, aún existe una considerable distancia entre la teoría de la inclusión y su práctica en las escuelas públicas. Es urgente implementar políticas que garanticen apoyo efectivo y seguridad para todos los involucrados.

Palabras clave: Inclusión escolar. Educación Física. TEA. TOD. Educación Básica. Santo André.

INTRODUÇÃO

A Educação Física na Educação Básica desempenha um papel importante na formação da criança. Ela vai além do desenvolvimento motor. É um espaço para construir laços, reconhecer o próprio corpo, experimentar a convivência e aprender socialmente. Na quadra, no pátio e em jogos coletivos, as crianças desenvolvem autonomia, percebem limites, entendem regras e aprendem a lidar com frustrações e conquistas. Assim, o professor de Educação Física realiza um trabalho que envolve tanto o campo pedagógico quanto dimensões afetivas, emocionais e éticas.

Entretanto, quando a escola recebe alunos com necessidades educativas específicas, especialmente crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), a dinâmica pedagógica muda significativamente. A aula, que normalmente é organizada em grupo, passa a exigir também uma atenção individual, sensível e técnica. No entanto, essas exigências geralmente recaem sobre um único professor, que fica sobrecarregado por várias tarefas e sem o apoio da instituição.

Esse cenário não é único. Em muitas escolas públicas brasileiras, especialmente nas municipais de Santo André/SP, a inclusão é feita com mais dedicação dos profissionais do que com a infraestrutura disponível. A falta de mediadores, cuidadores e profissionais de suporte, inclusive com espaços financeiros grandes e abertos que dificultam o controle dos alunos, principalmente aqueles com TEA que correm risco de saírem da escola e transformando o dia a dia dos professores em algo muito estressante. É comum que o professor tenha que escolher

entre continuar a aula ou correr para evitar que um aluno fique em situação de vulnerabilidade da escola.

Nesse contexto, a inclusão, embora respaldada por uma legislação avançada, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a LDB (Lei nº 9.394/1996), nem sempre se realiza de forma segura, equitativa e pedagogicamente sustentável. Entre a teoria legislada e a prática cotidiana existe um espaço marcado por improvisos, angústias, riscos físicos e um sentimento recorrente de impotência dos profissionais que tentam garantir o direito à educação inclusiva sem condições materiais para isso.

Com essa realidade em mente, o presente artigo apresenta uma análise baseada em observações práticas e reflexões sobre os desafios da inclusão nas aulas de Educação Física em uma escola fictícia de Santo André/SP, chamada Escola Municipal Parque das Crianças. O foco está nas enfrentadas pelo professor ao lidar com turmas grandes e alunos com TEA e TOD, mostrando os riscos da estrutura física aberta, os impactos no trabalho dos docentes e as limitações da escola que dificultam o ensino.

Mais do que descrever problemas, este artigo pretende refletir criticamente sobre a urgência de políticas públicas e de práticas escolares que assegurem o direito à aprendizagem e à segurança — tanto dos alunos incluídos quanto de toda a comunidade escolar — reafirmando que inclusão não se faz apenas com matrícula, mas com presença, estrutura, cuidado e responsabilidade compartilhada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) determina que o ensino deve ser ministrado de forma a garantir o desenvolvimento pleno do educando, respeitando suas diferenças e ritmos individuais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça o direito à educação em igualdade de condições, impondo às instituições de ensino a obrigação de oferecer suporte e acessibilidade.

No entanto, como afirma Mantoan (2006), “inclusão não é apenas a matrícula do aluno, mas a efetivação de sua aprendizagem”. Esse princípio, embora consolidado teoricamente, enfrenta dificuldades concretas no ambiente escolar, principalmente quando o corpo docente não conta com apoio técnico especializado.

Autores como Carvalho (2017) e Santos (2020) destacam que a Educação Física é uma das áreas mais afetadas pelos desafios da inclusão, pois as aulas envolvem estímulos sensoriais

intensos, contato físico e regras coletivas que exigem alta capacidade de regulação emocional — aspectos sensíveis para crianças com TEA e TOD.

O aluno com TEA pode ter sensibilidade excessiva ao som, resistência a mudanças e dificuldade em se relacionar com os outros.

Já o aluno com TOD tende a desafiar ordens, agir de forma impulsiva e, em alguns casos, mostrar comportamentos agressivos. Nesses casos o professor precisa de estratégias e apoio da instituição para garantir o bem - estar e a segurança de todos.

METODOLOGIA

A pesquisa teve abordagem qualitativa e descritiva, baseada em observações diretas realizadas durante o ano letivo de 2024 na Escola Municipal Parque das Crianças - Santo André/SP. O estudo contou com acompanhamento de aulas de Educação Física do Ensino Fundamental I, com turmas de 5 a 10 anos, e presença de dois alunos incluídos — um diagnosticado com TEA e outro com TOD.

Os dados foram coletados por meio de registros de campo, relatos de professores e anotações em reuniões pedagógicas. As observações centraram-se em três eixos:

1. Gestão do espaço físico aberto e segurança dos alunos;
2. Interação e socialização entre alunos com e sem deficiência;
3. Atuação do professor e presença (ou ausência) de apoio profissional especializado.

A análise foi interpretativa, buscando compreender a experiência docente sob a ótica da inclusão e do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados coletados na Escola Municipal Parque das Crianças revelou um conjunto de desafios que ultrapassam as dificuldades pedagógicas tradicionais e evidenciam a distância entre o ideal de inclusão e a realidade concretas das escolas públicas. Os resultados foram organizados em três eixos centrais: segurança, gestão da convivência e sobrecarga docente.

A ESCOLA ABERTA E OS RISCOS À SEGURANÇA

A estrutura física aberta da escola, composta por quadras externas, entradas largas e fechadas à rua, foi um dos principais obstáculos para os professores de Educação Física. Durante a observação, foi possível ver que os alunos com TEA, em momentos de crise, hiperfoco ou sensibilidade sensorial, muitas vezes tentavam sair da aula. Em um dos casos registrados, um aluno corria em direção ao portão lateral, obrigando o professor a interromper a aula para evitar que ele saísse da escola.

Essas situações mostram como a estrutura escolar é frágil e coloca o professor em situação de risco emocional e profissional. Ele fica tentando proteger o aluno que está na inclusão, mas também precisa garantir a supervisão e segurança dos outros da turma. Além disso, há instabilidade no ambiente relacionada ao clima da aula, criando ansiedade e insegurança em outros estudantes. Por isso, a análise mostra que quando faltam barreiras físicas específicas e profissionais de apoio, a inclusão vira algo muito assustador e o dia a dia da sala se torna um trabalho constante de vigilância.

CONVIVÊNCIA E COMPORTAMENTO EM GRUPO

O segundo ponto analisado é sobre os desafios de convivência e comportamento entre as crianças. O aluno do TDAH demonstrou grande resistência às regras, dificuldade em lidar com frustrações e momentos de agressividade verbal e física contra os colegas. Com turmas grandes e falta de mediadores, o professor teve que intervir muitas vezes, às vezes até mudando completamente as atividades planejadas.

Os dados revelam que o comportamento desafiador gera um efeito cascata:

- Parte da turma sente insegurança ou medo;
- Outras crianças tornam-se reativas ou retraídas;
- O professor adota postura disciplinadora em detrimento da função pedagógica;
- O clima da aula torna-se instável e emocionalmente desgastante.

Segundo Santos e Martins (2020), a Educação Física é um espaço onde comportamentos difíceis ficam mais visíveis, por conta do contato corporal e das dinâmicas competitivas. Assim, a análise indica que a falta de suporte de vários profissionais dificulta uma convivência equilibrada, tornando a inclusão parcial e frágil para todos os envolvidos.

SOBRECARGA DOCENTE E AUSÊNCIA DE APOIO ESPECIALIZADO

O terceiro eixo diz respeito à sobrecarga física, emocional e pedagógica dos docentes. Os registros mostram que o professor de Educação Física atende turmas de 25 a 30 alunos, sendo o único responsável pela segurança, pelo manejo comportamental e pela adaptação das atividades para os alunos com TEA e TOD. Além disso, exerce funções que deveriam ser compartilhadas com mediadores, cuidadores e equipe de apoio, conforme previsto na legislação.

Essa sobrecarga gera:

- Sensação de impotência diante das situações de crise;
- Exaustão emocional constante;
- Dificuldade em oferecer atendimento individualizado;
- Perda do tempo pedagógico ao lidar com emergências;
- Queda na qualidade das atividades propostas.

Dessa forma, os resultados demonstram que a inclusão sem apoio especializado, somada à estrutura aberta da escola, leva o professor ao limite, comprometendo tanto o processo de ensino quanto o direito de aprendizagem de todos os alunos.

6

CONTRADIÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO E AS CONDIÇÕES REAIS DA ESCOLA

Apesar de a legislação brasileira — especialmente a LDB (1996) e a LBI (2015) — determinar a obrigatoriedade da presença de profissionais de apoio escolar, como mediadores e cuidadores, a escola analisada não dispõe desse recurso. Essa contradição resulta em uma inclusão incompleta, insegura e sustentada pelo improviso do professor, que desempenha funções além de sua formação e capacidade operacional.

Dessa forma, a análise mostra que a simples matrícula não equivale à inclusão efetiva, pois sem condições reais de trabalho o direito previsto em lei torna-se apenas formal, sem garantia de aprendizagem, segurança e dignidade.

SÍNTESE INTERPRETATIVA DOS RESULTADOS

A análise dos resultados permite sintetizar quatro conclusões centrais:

1. A inclusão em escolas abertas exige profissionais adicionais. Sem mediadores, cuidadores e equipe de apoio, a segurança do aluno incluído e da turma não é garantida.

2. O professor, sozinho, não consegue atender demandas tão complexas. A sobrecarga revela um modelo de inclusão insustentável na prática.

3. A convivência e o clima da aula ficam comprometidos sem mediação especializada. Conflitos aumentam, o bem-estar da turma diminui e o ambiente torna-se instável.

4. Existe uma grande diferença entre a lei que promove a inclusão e a prática na escola. As escolas tentam fazer o que podem, mas, sem uma estrutura boa, a inclusão fica fraca e um pouco real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise feita na Escola Municipal Parque das Crianças mostra que a inclusão, embora reconhecida por leis avançadas e princípios éticos importantes, ainda enfrenta muitos desafios quando é aplicada no dia a dia das escolas públicas. Os resultados revelam que a realidade vivida pelo professor de Educação Física que lida com turmas grandes, espaços amplos e alunos com TEA e TOD está cheia de tensão entre o que é ideal e o que é realmente possível.

A inclusão, como é hoje, depende quase só do esforço dos professores, que trabalham para garantir a segurança, o acolhimento e a aprendizagem, mesmo sem o apoio adequado da escola. Essa sobrecarga, combinada com os espaços abertos da escola, transforma a rotina em um exercício constante de improvisação, alerta e resistência emocional. Apesar do compromisso dos profissionais, a falta de mediadores, cuidadores e formação mostra especificamente que a inclusão sem suporte não é sustentável e, em alguns casos, coloca tanto o aluno incluído quanto a turma em riscos reais.

Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas eficazes que garantam condições reais para que a inclusão aconteça de forma segura, respeitosa e pedagógica. É essencial aumentar o número de profissionais especializados, garantir acompanhamento técnico constante e fazer adaptações nas estruturas das escolas, especialmente aquelas com espaços abertos. A presença de equipes multidisciplinares como mediadores, psicopedagogos, cuidadores e profissionais de apoio são fundamentais para que o professor possa atuar sem ser sobrecarregado por demandas que vão além do que ele foi formado para lidar. Além disso, a formação dos professores precisa ser tratada como uma política permanente, oferecendo práticas para lidar com comportamentos difíceis, aulas planejadas adaptadas e gerenciamento de situações de crise de forma emocionalmente saudável. Sem esse

investimento, a inclusão dependerá apenas da vontade dos professores, perpetuando desigualdades e fragilizando o processo educativo.

Por fim, conclui - se que a inclusão não pode ser vista como uma ação única ou como responsabilidade individual do professor.

Ela precisa ser uma prática institucional, sustentada por uma rede de apoio, infraestrutura adequada e políticas que envolvam diferentes áreas, garantindo o direito de todos os alunos , tanto os incluídos quanto os outros, a uma educação segura , acessível e de qualidade . Só assim é possível transformar o discurso inclusivo em uma realidade eficaz, capaz de promover o desenvolvimento humano e a justiça social dentro das escolas.

RECOMENDAÇÕES PEDAGÓGICAS PRÁTICAS

Com base nas observações realizadas, foram elaboradas algumas recomendações que podem contribuir para a melhoria da inclusão nas aulas de Educação Física:

1. Planejamento individualizado: criar aulas que considerem diferentes níveis de dificuldade, respeitando o ritmo e as particularidades de cada aluno com deficiência.
2. Uso de sinais visuais e rotinas previsíveis: alunos com TEA se beneficiam com orientações visuais e com rotinas constantes; a previsibilidade ajuda a evitar crises e facilita a compreensão.
3. Criação de espaços seguros: definir áreas de aula com limites físicos, mesmo usando fitas ou cones para auxiliar no entendimento do espaço e evitar que o aluno se afaste.
4. Parcerias entre profissionais: trabalhar com professores da sala comum, coordenadores e equipe de apoio para planejar estratégias que funcionem juntos.
5. Formação continuada: investir em capacitações específicas para o corpo docente sobre inclusão e comportamento infantil.
6. Diálogo com as famílias: manter comunicação constante e acolhedora, informando progressos e dificuldades.
7. Registro de ações e reflexões: manter um diário que registre os progressos e situações importantes, ajudando a melhorar a educação de forma contínua.

Essas ações, mesmo que pareçam simples, ajudam a aproximar o professor do aluno, evitam brigas e criam um ambiente mais tranquilo e seguro.

POLÍTICAS PÚBLICAS E CAMINHOS PARA O FUTURO

O desafio de incluir alunos com deficiência nas escolas públicas vai além do que acontece na sala de aula.

É uma questão de políticas públicas e de responsabilidade da instituição. A lei brasileira é boa, mas faltam mecanismos que garantam que ela seja colocada na prática. Em Santo André, assim como em muitos outros municípios, é preciso investir em:

Contratação de mediadores e profissionais de apoio permanentes, não temporários ou voluntários;

Programas de formação docente continuada voltados à Educação Física inclusiva;

Infraestrutura física segura, com portões automáticos, vigilância e áreas delimitadas para atividades ao ar livre;

Protocolos de segurança escolar, especialmente para alunos com risco de fuga ou autoagressão;

Parcerias com universidades para o desenvolvimento de projetos de intervenção e pesquisa aplicada à inclusão.

O futuro da educação inclusiva depende da responsabilidade de todos a escola, governo e sociedade para garantir que a inclusão não seja apenas um sonho, mas algo que realmente muda e protege a vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

CARVALHO, R. M. Educação Física Inclusiva: práticas e desafios. São Paulo: Cortez, 2017.

GOFFREDO, A.; CARVALHO, R. M. Educação Inclusiva: desafios e perspectivas na prática docente. Revista Educação e Contemporaneidade, v. 14, n. 3, 2019.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

SANTOS, L. P.; MARTINS, E. F. Educação Física e Inclusão: desafios da prática em escolas públicas. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 35, n. 2, 2020.